

ARQUIVO RIO CLARO

14

jul. 1988

SUMÁRIO

ARQUIVO RIO CLARO

Boletim semestral do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Ana Maria de Almeida Camargo
Ana Maria Penha Mena Pagnocca
Jamil Nassif Abib

ENDEREÇO

Avenida 3, nº 568 - Rio Claro (SP)
Tel.: (0195) 34-4118
Caixa Postal 284 CEP 13.500

IMPRESSÃO

Arquivo do Estado de São Paulo
Tiragem: 1.000 exemplares

EDITORIAL 23

TEORIA E PRÁTICA

- . Política de descrição documental, por Heloísa Liberalli Belotto 24
- . Anos suficientes, por Raquel Glezer 31

DOCUMENTO E HISTÓRIA

- . Memória da escravidão em Famílias Negras de São Paulo: a participação de Rio Claro, por Cláudia Regina Callari e Maria Rosa B. Baptista 33

NOTAS E INFORMAÇÕES 36

**ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE
RIO CLARO**



CONSELHO SUPERIOR

Fernando Cilento Fittipaldi (Presidente)

Francisco Anaruma

Jamil Nassif Abib

Jeanne Berrance de Castro

José Carlos Cardoso

Luzo dos Santos Ferro

Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi

Roberto Felipe Palmari

Ruy Cassavia

DIRETOR

Ana Maria de Almeida Camargo

EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS

Ana Maria Penha Mena Pagnocca

Augusto Jeronimo Martin

Beatriz Moreira de Negreiros

Maria Antonia Gardenal Molon

Neusa Maria Dagnolo Inforsato

Onivaldo Doniseti Dagnolo

Regina Helena Moreira

Sebastião Mainardi

Sílvia Aparecida Xavier de Camargo Picelli

Yolanda Mainardi Bell

ARQUIVO RIO CLARO. (Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro) Rio Claro (SP), 1982 -

1. Arquivos (documentação) I. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro

CDD 025.171

Completando seu sétimo ano de existência, o boletim reúne informações não só acerca das atividades desenvolvidas pelo Arquivo, como também dos eventos de que participou no último semestre. Merecem destaque, entre outros itens, os referentes às diferentes exposições realizadas e à edição de mais um volume da série "Imigrantes".

Além de artigo da Prof^a Raquel Glezer sobre o polêmico assunto do acesso aos documentos públicos, a seção "Teoria e Prática" inclui, nesse número, o trabalho com que a Prof^a Heloísa Liberalli Bellotto arremata o conjunto de artigos dedicados aos instrumentos de pesqui-

sa; trata-se agora de discutir uma política de descrição documental, etapa fundamental no planejamento das instituições arquivísticas.

No ano em que se comemora o centenário da abolição do trabalho escravo, considerou-se oportuna a inserção do relato do projeto sobre a "Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo", realizado em Rio Claro por Cláudia Regina Callari e Maria Rosa B. Baptista. Os depoimentos obtidos constituem uma importante fonte de pesquisa e encontram-se no Arquivo à disposição dos interessados.

Ana Maria de Almeida Camargo



As enormes quantidades de documentos que caracterizam os arquivos permanentes públicos versus as necessidades urgentes da pesquisa e da divulgação motivam o estabelecimento de políticas de descrição que se concretizem em programas descritivos viáveis e eficazes.

Como conciliar um trabalho fatalmente moroso (como o de transferir grande quantidade de informações de forma criteriosa) com o incremento da moderna pesquisa histórica, necessitando informações adequadas, precisas e abundantes a curto prazo? Como ser preciso, sendo breve? Como viabilizar o processo descritivo sem provocar prejuízos quanto à qualidade do instrumento que se quer elaborar? Como dinamizar a descrição do acervo, atendendo a todos os pesquisadores e procurando não deixar nenhum grupo documental sem sua chave de acesso?

As respostas a essas questões estão no estabelecimento de uma política de descrição, dentro da qual sejam postas em prática diretrizes para a elaboração correta dos instrumentos. Para tanto deve ser estudada a situação do arquivo quanto: 1- a recursos humanos e financeiros; 2- à preparação técnica e científica do pessoal capacitado; 3- à qualidade e à quantidade dos recolhimentos; 4- ao perfil do usuário e sua demanda de dados; 5- às tendências da historiografia; 6- ao estado físico da documentação. Só a partir desse levantamento é que o corpo técnico-científico do arquivo poderá fixar os pontos básicos daquela política. São eles: a hierarquia, as prioridades, a técnica e a planificação.

1. A hierarquia dos instrumentos

A elaboração dos instrumentos de pesquisa deve ser sucessiva, indo dos gerais aos parciais. Pela necessidade de se fornecer, antes de qualquer particularidade, uma visão geral dos fundos do arquivo, seus serviços e possibilidades de acesso, o primeiro instrumento a ser elaborado deve ser o guia. Os instrumentos parciais (referentes a fundos determinados ou a parte deles), tais como inventários, poderão ser feitos concomitante e sucessivamente. Por sua vez, os repertórios e edições de fontes, dada a sua especificidade, poderão ser elaborados paralelamente, fora do ritmo normal do trabalho descritivo. Se se considerar a linha dos instrumentos de pesquisa como uma espécie de família hierárquica, entenda-se que o guia deve encabeçá-la.

O projeto do guia não deve afastar-se da necessária abrangência de informações sobre o arquivo, seja enquanto instituição (endereço, condições de ingresso, serviços que presta), seja enquanto acervo (fundos e coleções constituintes, sua origem, conteúdo, datas-extremas e quantidades). É pre-

ciso não esquecer que ele deverá suprir os dados mais detalhados e específicos referentes a cada fundo ou parte dele, enquanto não estiver completo o trabalho de inventariação. E nessa escala hierárquica, os instrumentos de descrição sumária precederão os de descrição analítica.

"Num contexto em que o processo de ordenação de documentos é independente de sua descrição, a impossibilidade de definir a unidade de descrição arquivística de maneira uniforme força os arquivistas a recorrer a uma hierarquia de descrições redigidas de forma a precisar a especificidade de cada uma das peças individuais e a produzir descrições gerais que possam demonstrar a natureza dos conjuntos visados" (1).

2. As prioridades

O segundo ponto é a escolha de prioridades quanto aos instrumentos de tipo parcial. Quais os critérios a adotar para a escolha dos núcleos documentais a serem submetidos à inventariação? Os mais antigos, obedecendo-se à temporalidade dos recolhimentos? Os ligados às temáticas "em moda"? Até que ponto são viáveis os critérios preconizados por F.J. Himly, o especialista francês em instrumentos de pesquisa? (2) Para ele, os recolhimentos em massa, mais recentes, é que deveriam ter preferência; a seguir, as séries que se relacionem com as novas problemáticas da História; outro critério, aliado a este, seria o de atender ao que ele denomina "nova clientela" dos arquivos. Constituem-na engenheiros, geólogos, geógrafos, médicos, etc., enfim pesquisadores da área dos estudos técnicos e científicos. No entanto, não mais aqueles diletantes "historiadores de fim-de-semana" a reconstruir a evolução histórica de suas ciências, mas sim profissionais que buscam dados e procedimentos passados como referência técnica ou cultural em temas que abordarão em seu estado atual para embasar propostas de projetos e de pesquisas. Ou ainda, o fator norteador da prioridade da descrição deve ser a incidência da demanda? O estado físico dos documentos pode também ser um critério?

A questão da demanda merece que se demore em sua consideração. Por que não descrever mais prontamente os núcleos documentais cujos estudos de perfil de consulta mostraram ser os mais procurados? Provavelmente esta demanda coincida com as temáticas que estejam mais presentes na historiografia, como coincida com a "nova clientela". De outro lado, se levado em conta, este fator permite que o arquivista não sinta a frustração de constatar que os instrumentos que tem confeccionado nunca são consultados e a de que os usuários sempre pedem o que não está ainda convenientemente descrito! Por outro lado, há que se considerar que os pedidos são feitos em torno de documentos pelo menos identificados. O mau estado físico dos documentos também pode fazer com que se apresse sua descrição. A descrição, identificando e resumindo, pode reduzir o manuseio, pois na falta do instrumento de pesquisa

é preciso consultar o documento muitas vezes para verificar que não é aquilo que se quer.

A nosso ver, entretanto, é sobre os fundos desconhecidos pelos pesquisadores que a política descritiva deve voltar-se prioritariamente. Há o risco de, talvez, não se atingir o real objetivo do trabalho de descrição de fundos documentais - que é, principalmente, o de responder à demanda. De outro lado, se a equipe responsável pela descrição aceitar o desafio, estará contribuindo de forma mais útil e eficaz para o avanço da historiografia e, conseqüentemente, para melhor esclarecimento e entendimento dos procedimentos passados da sociedade à qual se vincula. Este material ignorado não se faz presente na demanda simplesmente porque os historiadores ignoram seu paradeiro ou, até mesmo, sua existência. O arquivista não deve perder a oportunidade de fornecer fontes novas, desde que consistentes e substanciais. Passa longe a idéia do revelar isolado de "peças retumbantes". Trazer à luz conjuntos significativos antes ignorados pode valer mais do que descrever fontes que eram do conhecimento dos historiadores, mesmo que pouco ou nada exploradas, mas de acesso possível.

O revelar fundos ignorados pode determinar a prioridade. A elaboração de inventários, catálogos e repertórios respeitantes a esse material, se aliada a um bom trabalho de difusão, pode ser altamente gratificante e compensadora.

3. Modelos para a descrição

A estrutura editorial e os modelos dos verbetes descritivos dos inventários devem ser fixados pela política de descrição, segundo modelos de uso internacional. Os formatos de verbetes para catálogos e repertórios serão os mesmos, guardadas as diferenças essenciais entre esses vários tipos de instrumentos de pesquisa. Dentro do objetivo da descrição (identificar, definir, informar e localizar no acervo) os itens fundamentais serão, como já foi exposto em número anterior desta revista, no caso do inventário sumário: a caracterização da tipologia de cada uma das séries, as datas-baliza, as quantidades documentais e as notações (ou cotas) de localização; e no caso do verbete analítico: o gênero documental, o emissor e sua titulação, o endereçamento ou destinatário, a função, a ação, a data tópica, a data cronológica, a assinatura, a quantificação, a notação ou cota (3).

Quanto à padronização para a editoração dos instrumentos de pesquisa, há as normas preconizadas pelo Conselho Internacional de Arquivos para os dados a constarem de um guia de arquivos: informações práticas de localização e exigências para acesso; dados referentes aos fundos e aos serviços prestados pelo arquivo. No caso dos inventários e catálogos, todos deverão estar dotados de uma introdução que identifique e localize, relativamente à totalidade do acervo, a parcela que está sendo descrita, assim como devem

dar uma idéia dos temas de pesquisa aos quais se liga; dos corpus de verbetes descritivos e dos indispensáveis índices onomástico, toponímico e temático. Quanto aos repertórios e às edições de fontes, devem ficar bem claros na introdução o como e o porquê das seleções feitas.

4. Estudos técnicos

Outro importante item do programa descritivo é o referente à preparação técnica da equipe responsável pela elaboração dos instrumentos. Além da metodologia propriamente arquivística, comum aos que se incumbem do arranjo, quem vai se dedicar à descrição deve ainda desenvolver conhecimentos de análise documentária e indexação, nos quais não é parte pequena a que aproxima este trabalho da lingüística. Só o domínio teórico e prático dessas áreas permitirá que se façam correta e adequadamente a recuperação e a transferência da informação contida nos grupos ou nos indivíduos documentais. Saber resumir conteúdos sem deformá-los; extrair dos documentos os assuntos; dos assuntos os conceitos; dos conceitos os descritores; estabelecer-lhes cruzamentos e paralelismos - é tarefa que exige conhecimentos especializados e que requer treinamento intensivo.

A capacitação e o aperfeiçoamento de pessoal deve ser preocupação constante para a direção de um arquivo. A improvisação e o amadorismo deixaram marcas bastante prejudiciais em muitas de nossas instituições arquivísticas. Pode-se mesmo afirmar que a otimização dos serviços corre quase inteiramente por conta do grau de profissionalização e de interesse do corpo de arquivistas.

5. Planificação

Cronogramas e metas-tarefas devem ser estabelecidos periodicamente, anual ou bienalmente. Isto deve valer para todos os instrumentos de pesquisa, dando-se tempo, inclusive, para a devida divulgação. A comemoração de efemérides e a participação do arquivo em eventos culturais de caráter mais amplo poderão originar catálogos de exposições, repertórios de fontes e edições de textos na íntegra. Tudo isto deve ser planejado com anterioridade suficiente para que resulte satisfatório. Tais trabalhos de descrição "com data marcada" não devem significar a cessação ou o adiamento das atividades normais e já projetadas para a elaboração sistemática de instrumentos de pesquisa: podem ser concomitantes.

O Pe. Avelino de Jesus da Costa, conceituado arquivista português, sistematizou algumas normas que poderiam funcionar como uma política de descrição. Ele assim as enumera: "1- Nenhum núcleo documental deve estar privado dos indispensáveis elementos de busca; 2- Quando isso acontecer, devem elaborar-se para aqueles núcleos esses elementos, antes de iniciar outros novos para os que já os tiverem, embora deficientes; 3- Em igualdade de circunstâncias, deve dar-se preferência aos núcleos mais consultados pelo

seu valor intrínseco ou interesse público e não aos que são mais do agrado do arquivista; 4- Para os instrumentos de trabalho à disposição dos leitores em salas e ficheiros devidamente acondicionados, publicando ou pelo menos policopiando os que disserem respeito aos núcleos mais importantes e aos mais consultados; 5- Para facilitar a consulta deve haver um guia de todos os instrumentos de trabalho de que os leitores possam dispor; 6- Todos os instrumentos de trabalho devem ter os indispensáveis índices e uma introdução sobre a respectiva instituição e seus núcleos documentais" (4).

A execução de instrumentos de pesquisa não é, reconheça-se, tarefa fácil. Entretanto, é urgente que os arquivistas levem em conta que a documentação produzida é cumulativa e é assustadoramente crescente. A proliferação de documentos de toda ordem ameaça desabar sobre os arquivos, bibliotecas, centros de documentação e bancos de dados. Há, atualmente, a angustiante preocupação dos arquivistas, bibliotecários, demais profissionais da documentação e também dos historiadores em como apreender toda a massa de informação produzida. A perplexidade existe não só em relação à quantidade, mas também quanto à própria tipologia documental. Uma gama infinita de novos testemunhos e de novas fontes que se abrem à pesquisa histórica começam a desafiar a família dos instrumentos de pesquisa e a sua estrutura clássica. Será que guias, inventários, catálogos e índices tradicionais refletem as novas fontes, as inquietações dos novos pesquisadores e as novas temáticas da História? Podem os arquivos permanentes fazer uso da informática?

Estas e outras questões devem integrar o programa descritivo de um arquivo permanente. Obedecendo a prioridades, critérios e cronogramas pré-estabelecidos, um arquivo permanente pode, a médio prazo, acabar por se munir satisfatoriamente de seus meios de busca, cumprindo a sua finalidade última junto aos usuários.

A qualidade de um arquivista transparece na precisão dos instrumentos de pesquisa que ele elabora e na medida em que seu trabalho satisfaz ao pesquisador. Ao tornar claro e profícuo o encontro entre documento e historiador, ele está cumprindo a missão que lhe foi destinada. Um instrumento de pesquisa incompleto pode esterilizar uma pesquisa, uma vez que o acervo não é de acesso do consulente e nem um meio de busca será feito, dada a vastidão de documentação a ser descrita.

Qualquer que seja a orientação do trabalho histórico, o pesquisador necessita do texto colocado ao seu alcance pelo instrumento de pesquisa. Cabe ao seu elaborador apreender, identificar, condensar e, sem distorções, apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação da documentação por ele descrita. Se o historiador deve submeter-se às coordenadas que limitam o seu trabalho, isto é, à existência de documentos utilizáveis e à lógica da

sua própria análise, interpretação e síntese, o arquivista, por seu conhecimento do acervo e por sua técnica de descrição, indexação e resumo, pode fornecer-lhe elementos que, muitas vezes, poderiam permanecer definitivamente ignorados, gerando lacunas, distorções graves ou mesmo fatais para a historiografia.

Schellenberg aponta alguns preceitos que complementam o programa descritivo: que o arquivista renuncie definitivamente à descrição pormenorizada, antes de proporcionar as apresentações gerais de todos os grupos e coleções; empregar a descrição sumária, usando a de peça por peça só para os casos muito específicos de arquivos privados ou para os verbetes de repertórios; não esquecer o "caráter seletivo do método da descrição": deter-se na escolha criteriosa de qual instrumento de pesquisa para qual fundo ou parcela de fundo; fugir ao tratamento uniforme quanto à elaboração de instrumentos para todos os fundos. Há séries ou parcelas delas que podem ter um tratamento analítico, mesmo que suas séries "irmãs" só recebam uma descrição sumária; finalmente, que o arquivista tenha em conta a natureza essencial do documento de arquivo, que é coletiva, seqüencial e orgânica (5).

Se se afastar dos itens normativos, o arquivista não conseguirá abarcar o gigantesco trabalho que é, na realidade, o de descrever fundos de arquivo, mesmo que indicativa e sumariamente. Sendo o acervo cumulativo indefinidamente, o trabalho de transferência da informação poderá representar uma corrida sem fim, que será inócua, se for incompleta.

"Caso não logre realizar um programa descritivo ou desenvolver um que seja inadequado, arrisca-se o arquivista a dissipar as suas energias em projetos improdutivos" (6). O trabalho de descrição é ininterrupto, assim como o arranjo, já que as operações de recolhimento não cessam. Entretanto, se se "acertarem" ponteiros, se se chegar a uma adequada política de descrição, o arquivo sendo dotado, com constância, de recursos humanos e financeiros, haverá a desejada justaposição entre os instrumentos de pesquisa disponíveis e a demanda dos usuários.

Antonia Heredia Herrera, em publicação recente, resume as vantagens de uma planificação descritiva, afirmando que ela é sintomática de uma boa organização; que ajuda a conservação dos fundos; que facilita o acesso aos documentos; que favorece o controle por parte do arquivista; que economiza horas de trabalho do pesquisador; que reduz o desnível entre a demanda dos pesquisadores e a oferta de arquivistas; e que agiliza a administração da instituição produtora.

NOTAS

1- Marcel Caya. La diffusion par la publication des instruments de recherche en archivistique. Archives, Montreal, 14 (1): 31-49, juin 1982, p. 33.

- 2- Les instruments de recherche: principes, definitions, commentaires critiques. Paris, Stage Technique International des Archives, 1979. (mimeogr.)
- 3- Os modelos de verbetes e a estrutura dos diferentes instrumentos de pesquisa acham-se detalhados em Arquivo Rio Claro nº 11, jan. 1987.
- 4- Princípios gerais da elaboração de instrumentos de trabalho em arquivologia (arquivos públicos e arquivos eclesiásticos). Coimbra, 1966. p. 267-268. Note-se que núcleo documental é a denominação usada, em Portugal, para fundos de arquivo.
- 5- T.R. Schellenberg. Natureza do programa descritivo. In: - Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Trad. Manoel A. Wanderley. 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1980, p. 207 e segs.
- 6- Id. ibid. p. 207.
- 7- Archivística general. Teoria y practica. Sevilla, Diputación Provincial, 1988, p. 222.

* Coordenadora do Curso de Especialização em Organização de Arquivos da USP, São Paulo.

"... em muitos casos 30 anos não são suficientes" (1). A afirmação do Deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara dos Deputados, no dia 22 de fevereiro p.p., explicando a rejeição no plenário da Assembléia Nacional Constituinte da emenda que permitiria o acesso aos documentos produzidos por órgãos públicos após 30 anos, a contar de sua produção, é muito significativa da compreensão que parcela do segmento político brasileiro possui das relações Estado/sociedade.

O direito de acesso a documentos de origem oficial, produzidos por órgãos públicos, é parte integrante da experiência democrática e, ao contrário do que imaginam os nossos homens públicos, tão ciosos de ressalvas e exceções, é prática corrente na administração pública, na maioria dos países que possuem organização administrativa de funcionamento regular.

Mais do que uma derrota de profissionais especializados (arquivistas, historiadores, pesquisadores em geral e jornalistas), tal fato assinala o distanciamento entre os anseios da sociedade e as regras constitucionais que se estão elaborando.

A utilização da expressão "anos suficientes" demonstra a concepção centrada egoisticamente na própria individualidade.

O direito real, inerente à prática democrática, do conhecimento pelo cidadão dos atos do Estado foi sumariamente negado.

Pressupõem as ilustres personalidades políticas atuantes hoje, que rejeitaram o acesso a documentos oficiais após 30 anos (!), que suas atuações, combates e disputas, em prol de interesses pessoais, são/serão objeto da curiosidade (crítica / denegridora / maléfica / pejorativa / perigosa / danosa à cultura nacional / prejudicial às relações internacionais, etc.) de arquivistas, historiadores, jornalistas, pesquisadores, romancistas, etc., ou cidadãos, simplesmente interessados em exercer seu legítimo direito de acompanhar e conhecer atos e decisões de órgãos públicos.

A introdução de um artigo de tal tipo na Constituição em elaboração buscava apenas estabelecer um patamar razoável para a reintrodução do debate de uma já velha aspiração - a política nacional de arquivos.

A existência de uma política nacional de arquivos não tem como objetivo transformar pessoas em objeto de análise; não é favor concedido a arquivistas, historiadores, jornalistas, pesquisadores, cidadãos; não objetiva juízos de valor sobre atos, decisões, pessoas ou situações. É apenas e tão-somente - como em todos os países que a possuem, quaisquer que sejam a forma do Estado e o regime político adotados - uma medida legal, administrativa, de racionalização, coleta e organização do acervo documental de órgãos públicos, dos três poderes, em suas diversas esferas e áreas de atuação.

O temor demonstrado por parcela de parlamentares, frente à mera possibilidade de acesso a acervos documentais de órgãos públicos, em prazo legalmente estipulado, é um lapso - explicável facilmente em termos freudianos.

Afinal, se algumas sessões do Parlamento imperial são secretas até hoje; se os documentos do Arquivo Histórico do Itamarati referentes às guerras do século XIX não são de acesso público (e nem de acesso a especialistas brasileiros); se foram feitos decretos secretos, pergunta-se por que não manter tão boa prática, tão legítima, tão de acordo com as mais caras tradições nacionais?

Administração secreta parece ser o anseio de parcela de nossos políticos. Infelizmente, para tais personagens, desejos de mentes infantis não alteram a realidade: a idéia de manter em segredo, em sigilo 'ad aeternum' os atos, decisões, resoluções, etc., é desmentida e destruída pela experiência vivida quotidianamente, pois não apenas os registros oficiais contêm informações.

A prática social dos homens permite recuperar, por diversas formas e em diferentes aspectos, a História feita por eles.

Se a documentação oficial tivesse o condão de, apenas ela, conter informações sobre o desenvolvimento das sociedades humanas, muito do que é conhecimento histórico contemporâneo não existiria.

Hoje há múltiplas e diferentes formas, técnicas, enfoques e possibilidades de recuperar a memória e a história dos homens.

Aos parlamentares preocupados com ressalvas, situações delicadas, etc., devemos informar que não há anos suficientemente distantes, nem locais suficientemente longínquos, nem atos suficientemente insignificantes, que possam escapar do escrutínio da sociedade. O conhecimento histórico desenvolve-se independentemente da vontade dos governantes.

Dos atos humanos não há escapatória possível. E de sua História, nenhuma sociedade consegue ocultar-se permanentemente.

Dos juízos de valor, das análises, construções, reconstruções, combinações e reinterpretções do passado, faz-se o caminhar da História.

Não existem "anos suficientes" para impedir uma sociedade humana de fazer-se, conhecer suas necessidades e concretizar seus anseios e aspirações.

NOTAS

1- Notícia da Folha de S. Paulo, São Paulo, 23 fev. 1988.

* Professora assistente doutora do Departamento de História - FFLCH-USP e presidente da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, biênio 1987/1988.

**MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO EM FAMÍLIAS NEGRAS DE SÃO PAULO:
A PARTICIPAÇÃO DA CIDADE DE RIO CLARO**

Cláudia Regina Callari

Maria Rosa B. Baptista (*)

O projeto "Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo", desenvolvido por um grupo de pesquisadores do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, coordenado pelas Professoras Maria de Lourdes Monaco Janotti e Suely Robles Reis de Queiroz, teve suas atividades iniciadas durante o mês de agosto de 1986, estendendo-se até maio do corrente ano, em coincidência com as comemorações do centenário da abolição da escravatura.

A proposta de trabalho apresentou um aspecto especial, pela utilização da História Oral como metodologia empregada, e da memória como fonte de pesquisa. O uso desse método permitiu dar voz a uma parcela da população brasileira duplamente marginalizada, a quem raras vezes foi dada a oportunidade de falar por si própria.

O grupo de trabalho que se formou em torno do projeto teve preliminarmente o cuidado de preparar um embasamento teórico-metodológico, através da leitura de autores que pudessem trazer subsídios consistentes sobre os mecanismos da memória e sobre o aproveitamento de fontes orais no trabalho historiográfico. Ao mesmo tempo procurou ampliar seus conhecimentos sobre o objeto da pesquisa, utilizando-se dos estudos de Florestan Fernandes e Roger Bastide a respeito do assunto.

A pesquisa teve como objetivo principal o levantamento de dados que permitissem esclarecer como a memória da escravidão teria sido transmitida através das sucessivas gerações. A constituição de fontes de pesquisa decorrentes da organização de um arquivo dos depoimentos coletados tornou-se, paralelamente, uma das propostas de trabalho do grupo.

Como resultado desses dois anos de trabalho reuniu-se um acervo documental de 170 fitas audiocassetes e respectivas transcrições datilografadas, contendo depoimentos de 120 membros de 45 famílias negras do Estado de São Paulo.

A pesquisa na cidade de Rio Claro

Indicadas para desenvolver os trabalhos de pesquisa na cidade de Rio Claro, ali chegamos no dia 24 de abril de 1987.

A escolha da cidade deveu-se ao fato de estar a mesma localizada na região do Estado em que se concentrou a maior massa escrava, tendo em vista que durante todo um século foi um dos centros da produção de café. Conforme pesquisas realizadas, Rio Claro, até a data da abolição da escravatura, possuía escravos trabalhando em suas lavouras. À vista disso, seria de se

supor a existência, entre seus moradores, de famílias com antepassados escravos.

A localização das famílias contou com a colaboração de um morador da cidade, o Sr. Lauriberto da Silva, que depois de algumas pesquisas selecionou duas famílias que preenchiam os requisitos necessários e que se dispunham a participar do projeto: as famílias da Sra. Maria Francisca Bueno e a do Sr. Sebastião dos Santos.

Através dos vários depoimentos foi possível fazer um levantamento de inúmeros dados relativos ao cotidiano das famílias entrevistadas, acrescidos de uma rica fonte de informações sobre um passado escravista que fora preservado pelas sucessivas gerações.

Dois fatos marcaram, entretanto, de forma acentuada tais depoimentos. Um deles diz respeito a uma questão de terras herdadas pelo antepassado escravo e que se constitui até hoje em motivo de muitas dúvidas entre os herdeiros. O outro reflete a mentalidade escravagista que continuou predominando entre os ex-senhores de escravos, mesmo depois da abolição da escravatura.

Cabe salientar que os fatos levantados através dos depoimentos coletados permitiram a constituição de uma inestimável fonte de pesquisa, à qual deverão ser acrescentados os documentos existentes a respeito do assunto, para que se possa fazer um estudo criterioso sobre as reais possibilidades de sobrevivência dadas ao negro quando de sua emancipação. Os relatos de vida, entretanto, oferecem a possibilidade de múltiplos enfoques temáticos, além daqueles que se tornaram mais evidentes.

As cópias dos depoimentos encontram-se à disposição das pessoas interessadas no Arquivo do Município de Rio Claro e no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Por fim, torna-se necessário registrar os nomes das pessoas que se dispuseram a participar do projeto em Rio Claro, colaborando para um melhor entendimento do que tem sido a realidade do negro brasileiro desde a abolição:

- . Sebastião dos Santos
- . Aparecida Marques
- . Sidnei A. Marques
- . Salaciel M. dos Santos
- . Maria Francisca Bueno
- . José Felisberto Andrade
- . Maria Aparecida Andrade
- . Maura Aparecida A. de Oliveira

* Licenciadas em História pela FFLCH-USP e pesquisadoras do Projeto "Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo".

NOTAS E INFORMAÇÕES

Arquivo Federal (Brasília, DF); Ar-
 quívio Público de Campinas
 (Campinas, SP); Arquivo Público do
 Estado de São Paulo (São Paulo, SP);
 Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo Municipal (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo do Museu de Arte Moderna (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo do Museu Nacional (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo do Museu do Índio (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo do Museu do Negro (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo do Museu de História da Universidade
 Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo do Museu de História da Universidade
 Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte,
 Minas Gerais, MG); Arquivo do Museu
 de História da Universidade Federal de
 Pernambuco (Recife, PE); Arquivo do
 Museu de História da Universidade
 Federal de Viçosa (Viçosa, MG); Arquivo
 do Museu de História da Universidade
 Federal do Rio Grande (Rio Grande,
 RS); Arquivo do Museu de História da
 Universidade Federal de Santa Catarina
 (Florianópolis, SC); Arquivo do Museu
 de História da Universidade Federal do
 Paraná (Curitiba, PR); Arquivo do
 Museu de História da Universidade
 Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro,
 RJ); Arquivo do Museu de História da
 Universidade Federal do Rio de Janeiro
 (Rio de Janeiro, RJ); Arquivo do Museu
 de História da Universidade Federal do
 Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ);

Distrito Federal (Brasília, DF); Ar-
 quívio Público de Campinas
 (Campinas, SP); Arquivo Público do
 Estado de São Paulo (São Paulo, SP);
 Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo Municipal (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo do Museu de Arte Moderna (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo do Museu Nacional (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo do Museu do Índio (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo do Museu do Negro (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo do Museu de História da Universidade
 Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ);
 Arquivo do Museu de História da Universidade
 Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte,
 Minas Gerais, MG); Arquivo do Museu
 de História da Universidade Federal de
 Pernambuco (Recife, PE); Arquivo do
 Museu de História da Universidade
 Federal de Viçosa (Viçosa, MG); Arquivo
 do Museu de História da Universidade
 Federal do Rio Grande (Rio Grande,
 RS); Arquivo do Museu de História da
 Universidade Federal de Santa Catarina
 (Florianópolis, SC); Arquivo do Museu
 de História da Universidade Federal do
 Paraná (Curitiba, PR); Arquivo do
 Museu de História da Universidade
 Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro,
 RJ); Arquivo do Museu de História da
 Universidade Federal do Rio de Janeiro
 (Rio de Janeiro, RJ); Arquivo do Museu
 de História da Universidade Federal do
 Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ);

NOTAS E INFORMAÇÕES

DOAÇÕES

No primeiro semestre de 1988 recebemos doações de documentos diversos das seguintes pessoas e instituições:

janeiro - Maria Silvia Casagrande B. Bassanezi (Campinas, SP).

fevereiro - Julio Abe Wakahara (São Paulo, SP); Oscar Verzola (Analândia, SP); Sidnei Martins Dias; Rogério Eduardo Lorenzon Ferreira; Elaine Simão; Terezinha Cruz; Regina Stella S. Quintas (Brasília, DF); José Constante Barreto; Nelson Moreira Moura; Edgar Carone (São Paulo, SP); Raquel Glezer (São Paulo, SP); Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS); Ivani Bianchini Hofling; Mons. Jamil Nassif Abib; Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, RJ); UNIMED; IBICT (Brasília, DF); Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos (Córdoba, Argentina); Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro, RJ).

março - Jairo Tadeu Pires Pimentel; Alcides Sarao; Antonio Christofolletti; Sergio Passafaro; Museu Histórico "Visconde de São Leopoldo" (São Leopoldo, RS); Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, RJ); Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG); Silvino Fiório Neto (São Paulo, SP); Aloysio Pereira (São Paulo, SP); José Constante Barreto; Juracyr Bezerra de Menezes (Fortaleza, CE); Januário Sylvio Pezzotti; FUNCEP (Brasília, DF); Mons. Jamil Nassif Abib; Universidade Católica de Campinas (Campinas, SP); Arquivo Público do Distrito Federal (Brasília, DF); Ar-

quivo do Paraná (Curitiba, PR); Arquivo Público do Maranhão (São Luís, MA); IBICT (Brasília, DF); Arquivo Público do Mato Grosso (Cuiabá, MT); CENADEM (São Paulo, SP); Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, RJ).

abril - Mons. Jamil Nassif Abib; ELE-TROPAULO (São Paulo, SP); Associação dos Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos e Geólogos de Rio Claro; Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba (Ubatuba, SP); Arquivo do Estado de São Paulo (São Paulo, SP); IBICT (Brasília, DF); José Constante Barreto; Archivo General de la Nación (Lima, Peru); Arnaldo Machado (Rio de Janeiro, RJ); Antonio Christofolletti; Terezinha de Jesus Pimentel Vianna; Maria Luiza S. Rehder.

maio - Mons. Jamil Nassif Abib; ELE-TROBRÁS (Rio de Janeiro, RJ); FUNDAP (São Paulo, SP); CENADEM (São Paulo, SP); UNIMED; Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, RJ); Airtón Murarolli; TAC - Taborda (Bagé, RS); Gabinete de Leitura Ruy Barbosa (Jundiá, SP); Museu Paulista da USP (São Paulo, SP).

junho - Arquivo do Estado de São Paulo (São Paulo, SP); Mons. Jamil Nassif Abib; Associação dos Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos e Geólogos de Rio Claro; Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, RJ); AGROCERES (Campinas, SP); Eni Barbosa (Porto Alegre, RS); Regina Aparecida Lassen; Arquivo Público de Uberaba (Uberaba, MG); Paulo Som; Cintia Pimentel Porto Mazzeo; Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo, SP); Edgar Carone (São Paulo, SP); Raquel Glezer (São Paulo, SP).

Franco, Moraci Rodrigues de Oliveira, Vanda Junger Teixeira e o próprio Julio Abe Wakahara.

De 19 a 22 de abril, a funcionária Regina Helena Moreira realizou estágio no Arquivo do Estado de São Paulo, a fim de conhecer as suas diversas seções e os projetos que ali se encontram em andamento, sobretudo na área da documentação histórica.

LANÇAMENTO DE LIVRO

O Arquivo sediou, em 3 de fevereiro, o lançamento do livro do rio-clarense Edson Roberto Lotério - Uma gargalhada na noite - editado pela Nova Safra, de Belo Horizonte. O autor foi saudado, durante a solenidade, pelo Prof. Manuel Correia Leitão.

IMAGENS DO INCONSCIENTE

Associando-se ao Cineclube Graúna, o Arquivo promoveu a projeção do filme "Imagens do Inconsciente", de Léon Hirszman, no Anfiteatro do Hexágono (UNESP), nos dias 10, 11 e 12 de junho. Dividido em três partes - "Em busca do espaço cotidiano", "No reino das mães" e "A barca do sol" - o filme foi debatido por psicólogos. O evento contou com o apoio do Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal e do Centro Acadêmico da UNESP.

IMIGRANTES ITALIANOS - 4

O vasto programa de reconstrução das famílias de imigrantes em Rio Claro - italianos, alemães, sírio-libaneses, japoneses, espanhóis,

portugueses - perdeu sua idealizadora, Dra. Lícia Capri Pignataro, que morreu em dezembro de 1986. Na ocasião encontrava-se parcialmente redigido mais um volume dedicado à colônia italiana, o quarto. Therezinha de Jesus Pimentel Vianna incumbiu-se de completar a pesquisa referente às famílias Benetti e Monaco; quanto às demais - Pilla, Sciarra e Vecchiato - ficaram a cargo de Rosalina Lemos Fernandes. Com o apoio da Prefeitura Municipal, o Arquivo editou mais um Imigrantes italianos em Rio Claro e seus descendentes, com estudo introdutório de Rosalina Lemos Fernandes e de acordo com a linha metodológica dos trabalhos anteriores. O lançamento realizou-se no dia 23 de junho, nos salões da Sociedade Italiana de Rio Claro, ocasião em que foram prestadas sentidas homenagens à autora.

LÍCIA CAPRI PIGNATARO

Com este título, Rosalina Lemos Fernandes escreveu um opúsculo que retrata os momentos mais significativos da vida pessoal e profissional de Lícia Capri Pignataro. A obra foi distribuída na noite do lançamento de Imigrantes italianos em Rio Claro e seus descendentes.

CONCURSO DE POESIA

Com o objetivo de estimular e difundir a obra de poetas nascidos ou residentes em Rio Claro, o Arquivo estabeleceu o concurso "Poesia em Rio Claro", com premiação em dinheiro para os três primeiros colocados.

Divulgado o regulamento, inscre

veram-se cerca de 150 concorrentes.

A Comissão julgadora, integrada pelos professores Ivanira Bohn Prado, Jaime Leitão Rodrigues, Luiz Martins Rodrigues Filho, Manuel Correia Leitão e Rosalina Lemos Fernandes, conferiu prêmios a Maurício Machado Galvão, Carlos Alfredo Lopes Graieb e Adriano Picarelli, respectivamente, atribuindo menções honrosas a mais dez participantes: Francisco Antonio Rocco Lahr, Giselda Penteado di Guglielmo, José Farid Zaine, Lígia Maria Cassavia

Karam, Luiz Fernando Machado, Maria Amelia Gardenal da Silva, Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho, Maria José David Teixeira Morandin, Sandra Regina Wenzel Teixeira de Souza e Vera Lucia Calil Geromel.

Os 13 poemas selecionados foram reunidos num folheto publicado pelo Arquivo com o título de Poesia em Rio Claro 1, distribuído na noite de 17 de junho quando anunciados os resultados do concurso.

A iniciativa deverá ser repetida em 1989.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

O movimento de consultas de janeiro a junho de 1988 apresentou os seguintes resultados:

- 1) Arquivo Intermediário e Arquivo Histórico
. consultas feitas pela administração municipal: 1226
. consultas feitas por particulares: 77
- 2) Biblioteca: 282
- 3) Hemeroteca: 73
- 4) Mapoteca: 1
- 5) Coleções Especiais: 98

CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA

Realizou-se em Brasília (DF), de 12 a 16 de junho, o 7º Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros. O Arquivo do Município de Rio Claro compareceu com três trabalhos:

- . "Coleta de dados para elaboração de planos de destinação e tabelas de temporalidade", apresentado por Ana Maria Penha Mena Pagnocca;
- . "Arquivos pessoais: uma proposta de descrição", apresentado por Ana Maria de Almeida Camargo;
- . "Metodologia para a elaboração de código de assuntos em arquivos intermediários", apresentado por Ana Maria Penha Mena Pagnocca.

INDEXAÇÃO

A correspondência de Plínio Salgado, que perfaz um conjunto de aproximadamente 39.000 unidades, vem sendo submetida a processo de indexação, sob a responsabilidade da Profª Therezinha de Jesus Pimentel Vianna. Os da

dos serão oportunamente lançados em computador, visando a uma imediata e adequada recuperação dos nomes de pessoas, instituições e lugares referidos.

ABOLIÇÃO - 100 ANOS

Rio Claro libertou seus escravos antes do 13 de maio de 1888. Para comemorar o centenário desse evento, o Arquivo inaugurou no dia 5 de fevereiro a exposição de título "Abolição da escravatura: 100 anos", em promoção conjunta com o Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga", o jornal Diário do Rio Claro e o Grupo Banzo. Peças, textos e fotografias, entre outros documentos, permitiram ao público uma visão panorâmica da história do negro no Brasil até a abolição. A mostra permaneceu aberta até o dia 14 de maio e foi visitada por 1.204 pessoas.

AS MÁSCARAS DA PAIXÃO

O artista plástico rio-clarense Carlos Eduardo Colabone - com um currículo já bastante expressivo como cenógrafo e figurinista - inaugurou no dia 3 de junho, no salão do Arquivo, a exposição "As Máscaras da Paixão (primeiros exercícios)". A mostra permaneceu aberta ao público até o dia 16 do mesmo mês, recendo a visita de 262 pessoas.

VISITANTES

Visitaram o Arquivo, no último semestre:

- . a cantora Rita Lee, que na oportunidade concedeu entrevista à Profª

Rosa Durso Hebling, responsável pelo programa de registro de depoimentos de interesse para a história de Rio Claro (12 jan.);

. Vera Lucia Tokairim, do Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, Maria Regina Dantas Rodrigues, chefe da Seção de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, e Neusa Maria Cozzolino, bibliotecária encarregada do serviço de manuscritos da Seção de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, de São Paulo (17 e 18 mar.);

. Terezinha Alves Lincoln e Edmir Santo Luchesi, funcionários da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (8 abr.);

. Nilson Cardoso de Carvalho, Antonio da Cunha Penna e Antonio Reginaldo Geiss, do município de Indaiatuba (22 abr.);

. Marli Ivonete Araujo Medeiros, da Biblioteca Central da Universidade de Campinas, Dulce Fernandes Barata e Hélio Lemos Souza, do Departamento de Múltiplos da Universidade de Campinas (22 abr.);

. 200 alunos da Escola SENAI "Manoel José Ferreira", de Rio Claro (9 a 12 maio).

VELHOS CARNAVAIS

Todos os anos, na época do carnaval, o Arquivo expõe em suas dependências uma mostra fotográfica sobre o tema, focalizando épocas diferentes. Por comemorar o centenário da abolição em Rio Claro, em 5 de fevereiro, com uma exposição didática que deveria permanecer até o mês de maio, o

Arquivo teve que montar os "Velhos Carnavais (1920-1940)" em pleno Jardim Público (Praça 15 de Novembro). Com o apoio técnico do arquiteto Julio Abe Nakawara, de São Paulo, especialista nos chamados museus de rua, as fotografias foram ampliadas e montadas em grandes painéis impermeabilizados, permanecendo expostas de 11 de fevereiro a 7 de março. Promovido em conjunto com o Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura, o jornal Diário do Rio Claro e a Foto Santos, o evento foi muito apreciado.

ESTÁGIO

Durante o mês de fevereiro, a estudante de Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Monica Cristina Brunini Frandi, realizou estágio no Arquivo. Além de participar das atividades rotineiras da instituição, prestou colaboração especial na montagem da exposição "Velhos Carnavais (1920-1940)" e no processo de identificação de documentos públicos do município.

TREINAMENTO DE PESSOAL

O funcionário Augusto Jeronimo Martin participou do curso "Museu de Rua", realizado nas Oficinas Culturais Três Rios, São Paulo, de 23 a 25 de março. Sob a coordenação de Julio Abe Wakahara, o curso teve como professores Aracy Amaral, Célia Toledo Lucena, Elizabeth Braz, Janice Theodoro da Silva, José Guilherme Magnani, Maria Ignez Mantovani